



Relatório - Missão de Interesse do CAU/BR

1. LOCAL E DATA:

DATA:	18 A 20/05/2022
EVENTOS	1)EVENTO AFFORDABLE HOUSING ACTIVATION – REMOVING BARRIERS ¹ 2)2022 RIBA GLOBAL ARCHITECTURE EXCHANGES AFFORDABLE HOUSING – MISMATCH ²
LOCAL:	1)GRAN TEATRO PRÍNCIE PÍO - CTA. DE SAN VICENTE, 44, 28008 MADRID 2)SEDE COAM - C. DE HORTALEZA, 63, 28004 MADRID
NOMES:	CONSELHEIRA ANA CRISTINA BARREIROS CONSELHEIRO JEFERSON NAVOLAR ASSESSOR ESPECIAL ANTONIO COUTO NUNES

2. ÍNDICE:

1. LOCAL E DATA:	1
2. ÍNDICE:	1
3. ESCOPO/HISTÓRICO:	2
3.1. SOBRE O EVENTO <i>AFFORDABLE HOUSING ACTIVATION – REMOVING BARRIERS</i>	2
3.1.1. <i>MISMATCH – Incompatibilidade – primeira barreira</i>	2
3.1.3. <i>FINANCING – Financiamento – terceira barreira</i>	2
3.1.4. <i>URBAN DESIGN – Desenho urbano – quarta barreira</i>	3
3.1.5. <i>PROMOTION AND PRODUCTION – Promoção e produção – quinta barreira</i>	3
3.1.6. <i>OWNERSHIP AND TENURE – Propriedade e Posse – sexta barreira</i>	3
3.2. RELAÇÃO ENTRE CAU E CSCAE	3
3.3. RELAÇÃO ENTRE CAU E UIA	3
3.4. RELAÇÕES ENTRE CAU E RIBA	4
4. PRINCIPAIS PARTICIPANTES:	5
5. OBJETIVOS:	5
6. PROGRAMAÇÃO:	5
7. RELATO:	6
7.1. PRIMEIRO DIA DO EVENTO AHA – 18/05/2022	6
7.2. SEGUNDO DIA DO EVENTO AHA – 19/05/2022.	13
7.3. TERCEIRO DIA DO EVENTO AHA – 20/05/2022.....	16
7.4. GLOBAL ARCHITECTURE EXCHANGES MADRID 2022	22
7.5. AGENDAS INSTITUCIONAIS (CSCAE, FPAA, UIA, TETO)	24
7.6.1. <i>UIA – José Luiz Cortez (Presidente)</i>	24
7.6.2. <i>FPAA – Gerardo Montaruli (Presidente)</i>	24
7.6.3. <i>CSCAE – Marta Vall Llosera (Presidenta) e comitiva</i>	25
7.6.3. <i>TETO Brasil – Camila Jordan (diretora executiva)</i>	27
8. AÇÕES DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO	27

¹ ATIVAÇÃO DA MORADIA ECONÔMICA – REMOVENDO BARREIRAS;² TROCAS GLOBAIS EM ARQUITETURA – MORADIA ECONÔMICA – DESAJUSTES;



9. CONCLUSÃO:	28
9.1. CONCLUSÕES SOBRE O FÓRUM AHA.....	28
9.2. CONCLUSÕES SOBRE AS AGENDAS INSTITUCIONAIS.....	30
10. ANEXOS:	30

3. ESCOPO/HISTÓRICO:

3.1. Sobre o evento *Affordable Housing Activation – Removing Barriers*

O evento proposto pela União Internacional de Arquitetos (UIA) é um movimento buscando soluções reais, globais e urgentes liderado pelos arquitetos e urbanistas motivados pela urgência da pauta habitacional em todo globo. A UIA aponta como bases conceituais a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e outros tratados internacionais sobre direitos humanos que reconhecem a **HABITAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL DE TODOS**. Um direito que foi incluído como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS 11). Apesar disso, 20% da população mundial ainda não tem acesso a moradia digna.

O evento presencial foi realizado na ‘Estación Gran Teatro Príncipe Pío’ em Madrid e seu conteúdo seguirá disponível para acesso aos representantes do CAU em plataforma online. As sessões analíticas sobre as barreiras para habitação econômica serão realizadas no período da manhã. À tarde, haverá encontros com visão integral, em torno da sustentabilidade social, econômica e ambiental. Como metodologia para o encontro foram definidas 6 barreiras para a ativação da habitação social econômica, são elas:

3.1.1. MISMATCH – Incompatibilidade – primeira barreira

O objetivo de garantir que todas as pessoas tenham acesso à moradia adequada depende em grande parte do equilíbrio entre o tipo de moradia necessária e o tipo de moradia produzida em um determinado contexto. Em muitos contextos, por várias razões, incluindo o rápido crescimento urbano, a falta de desenvolvimento do setor da construção, as alterações demográficas, ou o ritmo de construção e adaptação das habitações existentes, entre outras, a produção habitacional não é suficiente para satisfazer as necessidades da população, resultando no surgimento de favelas, moradias precárias, proliferação de moradias inadequadas ou o fenômeno de moradias vazias. Outros elementos que se tornaram cada vez mais relevantes nos últimos anos, como questões relacionadas às mudanças climáticas, gênero ou pandemia, demonstraram a inadequação das habitações existentes e construídas às necessidades atuais.

3.1.2. Policies and Regulations – Políticas e Regulações – segunda barreira

As estruturas das políticas desempenham um papel crucial no desenvolvimento do setor habitacional em geral e da habitação a preços acessíveis em particular. Elas fornecem a base para a definição de planos e programas e o papel dos atores envolvidos no processo de produção e acesso à habitação, incluindo atores públicos, atores privados e usuários finais. Monitorar e avaliar essas políticas é essencial para melhorar as condições atuais, promover sua sustentabilidade ao longo do tempo e construir consenso entre as partes interessadas.

3.1.3. FINANCING – Financiamento – terceira barreira



Dependendo do contexto, uma família comum precisa economizar até 8 anos de sua renda total para cobrir o custo de mercado de uma casa. Nesse contexto, os mecanismos de financiamento são a pedra fundamental sobre a qual se constrói a acessibilidade financeira. Vários modelos de financiamento evoluíram ao longo dos anos, comprovando a sua eficácia em contextos específicos. No entanto, a falta de financiamento para habitação a preços acessíveis é uma restrição transversal que afeta praticamente todas as nações em maior ou menor grau.

3.1.4. URBAN DESIGN – Desenho urbano – quarta barreira

A forma como as cidades são projetadas e construídas tem um impacto significativo na sustentabilidade urbana, inclusão e segurança. Condição também a provisão de terrenos suficientes para habitação, a localização de serviços e instalações e a construção de habitações adequadas e a preços acessíveis. Por outro lado, a qualidade e segurança, da construção, tanto dos edifícios habitacionais como do espaço público, são determinadas em parte por regulamentos e códigos e podem ter um impacto significativo no custo de construção e nos processos administrativos necessários para a construção e habitabilidade dos espaços.

3.1.5. PROMOTION AND PRODUCTION – Promoção e produção – quinta barreira

Há uma grande diversidade de formas de desenvolvimento e produção habitacional nos setores público e privado e vários tipos de parcerias entre ambos os setores. Além disso, uma parte muito significativa da habitação construída no mundo é autoconstruída ou autogerida pelas pessoas. Esta diversidade tem, em alguns casos, facilitado a acessibilidade da habitação. Por outro lado, a adaptação do parque habitacional existente e a modernização das favelas e a regeneração urbana provaram ser ferramentas práticas para melhorar a adequação e acessibilidade financeira da habitação.

3.1.6. OWNERSHIP AND TENURE – Propriedade e Posse – sexta barreira

A propriedade e posse da moradia é um elemento fundamental do direito à habitação adequada. Os sistemas de registro habitacional e fundiário desempenham um papel essencial na preservação e formalização desse direito. Por outro lado, as diferentes formas de propriedade e posse podem facilitar ou dificultar, direta ou indiretamente, a acessibilidade da habitação.

3.2. Relação entre CAU e CSCAE

Criado em 1931, o *Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de Espanha* (CSCAE³) é o órgão que reúne todas as associações de arquitetos da Espanha para a defesa da Arquitetura e a realização de objetivos de interesse geral comum. Ela representa as associações e os mais de 47.000 profissionais que praticam arquitetura na Espanha perante corporações públicas e privadas e organizações internacionais. O CAU e o CSCAE possuem um convênio vigente estabelecido em 2014⁴.

3.3. Relação entre CAU e UIA

A União Internacional dos Arquitetos (UIA) foi fundada como uma federação de organizações em Lausanne, Suíça, em 1948. Atualmente possui 104 seções membros, representando 115 países e mais de 1.500.000 arquitetos em todo o mundo, o que a torna a organização internacional com maior capacidade de influência global na arquitetura e uma das mais influentes em questões urbanas, de design e patrimônio,

³ Para mais informações www.cscae.com;

⁴ Convênio vigente com CSCAE: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/acordo-caubr-csac-espanha.pdf>;



vinculando toda sua atividade e compromissos às agendas internacionais e à sustentabilidade. É a única instituição não governamental que representa os profissionais de arquitetura e urbanismo de todo o mundo, reconhecida pela Organização das Nações Unidas e suas agências, como a UNESCO, a ONU Habitat, entre outros, bem como pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil é representado na UIA pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

A UIA reúne uma vasta coleção de cartas, documentos, recomendações e diretrizes (disponível em <https://www.uiia-architectes.org/webApi/en/ressources>) que versam sobre a prática da arquitetura e urbanismo e são de grande pertinência para o aperfeiçoamento do exercício da profissão no Brasil e no mundo.

Os fóruns temáticos da UIA foram criados para gerar reuniões em torno dos principais desafios enfrentados pela profissão e para vincular a arquitetura com outras disciplinas e perspectivas na resolução de desafios comuns, o evento Affordable Housing Activation conta com organização da UIA e do CSCAE.

A UIA tem a prática de promover os Congresso Mundiais de Arquitetos, a cada 3 anos, junto a uma de suas entidades membro e ocorrem desde 1948, mobilizam mais de 20 mil profissionais, sendo considerados os eventos de maior relevância no panorama internacional da profissão. Em 2021, devido à programação majoritariamente virtual, o seu alcance foi ainda maior, atingindo um montante de mais de 88.000 profissionais de 190 países de todo o mundo. Durante suas edições, além da ampla programação de palestras, debates, painéis acadêmicos, exposições, oficinas e aulas magnas, são condecorados os prêmios honorários da instituição. O último congresso mundial da UIA, celebrado em 2021, foi realizado no Rio de Janeiro, organizado pelo IAB e contou com apoio financeiro⁵ do CAU para sua realização.

3.4. Relações entre CAU e RIBA

Criado em 1834, o Royal Institute of British Architects - Instituto Real de Arquitetos Britânicos (RIBA) é uma organização que visa promover a melhoria das construções das comunidades e do meio ambiente, por meio da arquitetura e do urbanismo. Oferece padrões, treinamentos, sistemas de acreditação de escolas de arquitetura e diversos programas de auxílio ao arquiteto na atuação profissional.

Desde a assinatura do Memorando de Entendimento em 15 de dezembro de 2014, a cooperação com o RIBA tem sido importante para o CAU/BR no processo de criação do portal Ache um Arquiteto (à semelhança do britânico *Find an Architect*) e nos estudos desenvolvidos sobre acreditação de cursos, educação continuada e serviços gerais prestados à sociedade e aos arquitetos e urbanistas.

Os principais encontros/ atividades desenvolvidas conjuntamente entre representantes das nossas entidades foram:

- 13 a 18 de maio de 2015: Visita da Prof.^a Mirna Cortopassi ao RIBA para conhecimento e aprofundamento dos programas oferecidos e projetos em desenvolvimento pelo RIBA;
- Janeiro de 2016: Participação conjunta do RIBA e CAU/BR no edital do Fundo Newton, promovido pelo Conselho Britânico, visando a cooperação para a extensão da plataforma online de Desenvolvimento Profissional Contínuo (CPD) aos arquitetos brasileiros. A proposta não foi selecionada, mas os documentos submetidos poderão ser aproveitados pelo gabinete nos estudos de implementação do Instituto CAU de educação continuada.;

⁵ A Deliberação Plenária DPO/BR nº 0038-05, aprovada pelo Plenário do CAU/BR em 9 de janeiro de 2015, autorizou a assinatura de convênio de cooperação técnica e financeira – que viria a ser o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 1/2015, de 30/01/2015 – entre o CAU/BR e o IAB/DN, com vistas a apoiar as ações necessárias aos preparativos para a realização do 27º Congresso Mundial de Arquitetos. O convênio está disponível no Sistema de Gestão Integrada do CAU/BR (SGI) NUP:00146.000067/2020-41.



- 28 de maio de 2017: Lançamento da plataforma “Ache um Arquiteto”, desenvolvida pelo CAU/BR similarmente à ferramenta “Find na Architect” do RIBA;
- 21 de junho de 2018: Visita da Cons. Nádia Somekh ao RIBA para reunião sobre iniciativas no âmbito do patrimônio cultural e para convite de participação no Seminário Internacional “Gestão Inovadora de Bairros Históricos – Fábrica de Restauo”, realizado em São Paulo e contando com experiências britânicas de sucesso nessa área de atuação;
- 22 de junho de 2018: Reunião durante a conferência do American Institute of Architects – Instituto Americano de Arquitetos (AIA), em Nova Iorque, sobre matérias relacionadas à prática arquitetônica e urbanística e possíveis formas de cooperação para a melhoria da profissão.
- Participação do CAU em 5 sessões do Global Architecture Exchanges (GAE):

2020 - <https://www.caubr.gov.br/cau-br-discutira-retrofit-no-global-architecture-exchanges/>

2021 -

Setembro - <https://www.caubr.gov.br/cau-brasil-participa-de-forum-internacional-sobre-casas-economicamente-acessiveis/>

Outubro - <https://www.caubr.gov.br/cau-brasil-participa-de-forum-internacional-sobre-o-futuro-das-cidades/>

2022 – Convite para participação do CAU no evento em Madri em maio.

4. PRINCIPAIS PARTICIPANTES:

Os participantes foram listados nominalmente no relato e em seus anexos.

5. OBJETIVOS:

Os objetivos da atividade foram definidos pela Comissão de Relações Institucionais do CAU/BR (CRI-CAU/BR) através das Deliberações nº 09⁶ e 10⁷/2022– CRI-CAU/BR e validados pelo Plenário do CAU Brasil por meio da Deliberação PLENÁRIA DPOBR Nº 0122-09/2022⁸, os quais estão descritos a seguir:

- a) A proposição de palestra, mesa redonda ou exposição, dentro dos eixos do Fórum e dos projetos estratégicos do CAU/BR (Campanha Mais Arquitetos), a ser estruturada pela CPP-CAU/BR, dada a sua finalidade regimental de contribuir para a valorização, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da profissão, promovendo a Arquitetura e Urbanismo junto à sociedade;
- b) A promoção de uma nova etapa do Global Architecture Exchanges – Intercâmbios da Arquitetura Global (GAE) junto ao Royal Institute of British Architects – Instituto Real de Arquitetos Britânicos (RIBA) e demais entidades internacionais;
- c) A disseminação da minuta da Carta aos Candidatos 2022, com convite para contribuições em seus 7 eixos[2] durante o 2º Fórum Internacional de Entidades do CAU/BR, a ser realizado presencialmente em Brasília de 21 a 23 de julho de 2022;
- d) A ampliação da rede de parcerias do CAU/BR para o atingimento de seus desafios estratégicos.

6. PROGRAMAÇÃO:

18 de maio (quarta-feira)

09:00 – 10:00 – Abertura Institucional Fórum AHA

09:30 – 10:00 – Encontro prévio com equipe técnica do gabinete da presidência do CSCAE

10:00 – 14:30 – Mesas sobre Barreira 1 (Desajuste) e Barreira 2 (Políticas e Regulações) - AHA Fórum

16:00 – 18:00 – Mesa sobre Sustentabilidade Social (AHA Fórum)

⁶ Acesso à Deliberação 09/2022 da CRI: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/deliberacaocri0092022.pdf>

⁷ Acesso à Deliberação 10/2022 da CRI: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/deliberacaocri0102022.pdf>

⁸ Acesso à DPOBR 122-09/2022: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpobr-0122-09/>

**19 de maio (quinta-feira)**

- 09:00 – 10:00 – Reunião com Presidenta e demais representantes do CSCAE
- 10:00 – 14:30 – Mesas sobre Barreira 3 (Financiamento) e Barreira 4 (Desenho Urbano) - AHA Fórum
- 14:30 – 14:45 – Encontro com Presidente da FPAA
- 15:00 – 15:15 – Encontro com Presidente da UIA
- 15:30 – 18:00 – Mesa sobre Sustentabilidade Econômica
- 18:30 – 21:00 – RIBA Global Architecture Exchanges 2022

20 de maio (sexta-feira)

- 10:00 – 14:30 – Mesas sobre Barreira 5 (Promoção e Produção) e Barreira 6 (Propriedade e Posse) - AHA Fórum
- 16:00 – 18:00 – Mesa sobre Sustentabilidade ambiental
- 18:00 – 19:00 – Encerramento institucional do AHA Fórum

7. RELATO:

A participação do CAU/BR no evento ‘Affordable Housing Activation – Removing Barriers’ se deu a partir de convite realizado pela organização do fórum à Presidente Nadia Somekh, bem como pela relevância dos temas abordados, convergentes com as atividades que o CAU vem desenvolvendo em relação à Habitação de Interesse Social, bem como pelas oportunidades de articulação do CAU com outros agentes internacionais. O CAU também foi convidado pelo Royal Institute of British Architects para participar da edição 2022 do evento Global Architecture Exchanges, uma atividade paralela ao Fórum AHA, com uma apresentação do CAU sobre o tema da moradia.

7.1. Primeiro dia do evento AHA – 18/05/2022

O evento propôs um amplo debate sobre as principais dificuldades para o acesso à moradia econômica no mundo, abordando situações e exemplos de vários países. O Brasil apareceu algumas vezes como foco, através das apresentações de 4 experiências relevantes, duas em São Paulo e duas no Rio de Janeiro. A organização do evento propôs o debate em torno de 6 barreiras principais:

- 1) Incompatibilidade/desajuste (entre a demanda real e a produção);
- 2) Políticas e regulações;
- 3) Financiamento;
- 4) Desenho urbano;
- 5) Promoção e produção;
- 6) Propriedade e posse.

Além destes 6 debates, foram realizados também debates sobre a superação destas barreiras através da sustentabilidade. Foram 3 mesas com esse tema:

- 1) Sustentabilidade Social;
- 2) Sustentabilidade Econômica;
- 3) Sustentabilidade Ambiental.

Na abertura institucional, (Figura 1) foi realizada a leitura de uma Carta enviada ao Fórum AHA pelo Secretário Geral das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres. Na carta o secretário reafirma a importância da pauta da habitação para a ONU, como um elemento central no desenvolvimento das ações



da entidade e na busca do atingimento das metas de desenvolvimento sustentável (ODS). Segue abaixo a tradução do conteúdo da carta:

Carta do Secretário Geral das Nações Unidas para o Fórum internacional de arquitetos, Ativação da Moradia Econômica – Madri, 18,19 e 20 de maio de 2022.

A moradia adequada é um direito essencial, conforme reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. É também um pré-requisito para o desenvolvimento social e econômico, para a saúde e para a igualdade de oportunidades.

Atualmente, uma crise habitacional desafia o bem-estar em todo o mundo, deslocando muitos e ameaçando a coesão social. Apenas 13% das cidades do mundo possuem moradias populares econômicas. Muitas pessoas precisam recorrer a soluções habitacionais informais e inseguras. Nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os preços das casas têm crescido três vezes mais rápido do que a renda nos últimos 20 anos. As consequências da COVID-19, juntamente com as mudanças climáticas e outras crises globais, estão piorando a situação.

Temos as ferramentas para enfrentar este desafio. A habitação ambientalmente sustentável reduz a pobreza energética e reforça a durabilidade. Governança fundiária progressiva e inclusiva, planejamento espacial e financeiro e regulamentações ambiciosas são a chave para alcançar moradias adequadas e acessíveis para todos.

As Nações Unidas estão empenhadas em integrar a urbanização e as questões habitacionais em todo o nosso trabalho, tendo as Metas de Desenvolvimento Sustentável como nosso plano. Agradeço ao Fórum de Ativação de Moradias Econômicas e aguardo com expectativa sua contribuição para este esforço global.

Antonio Guterres

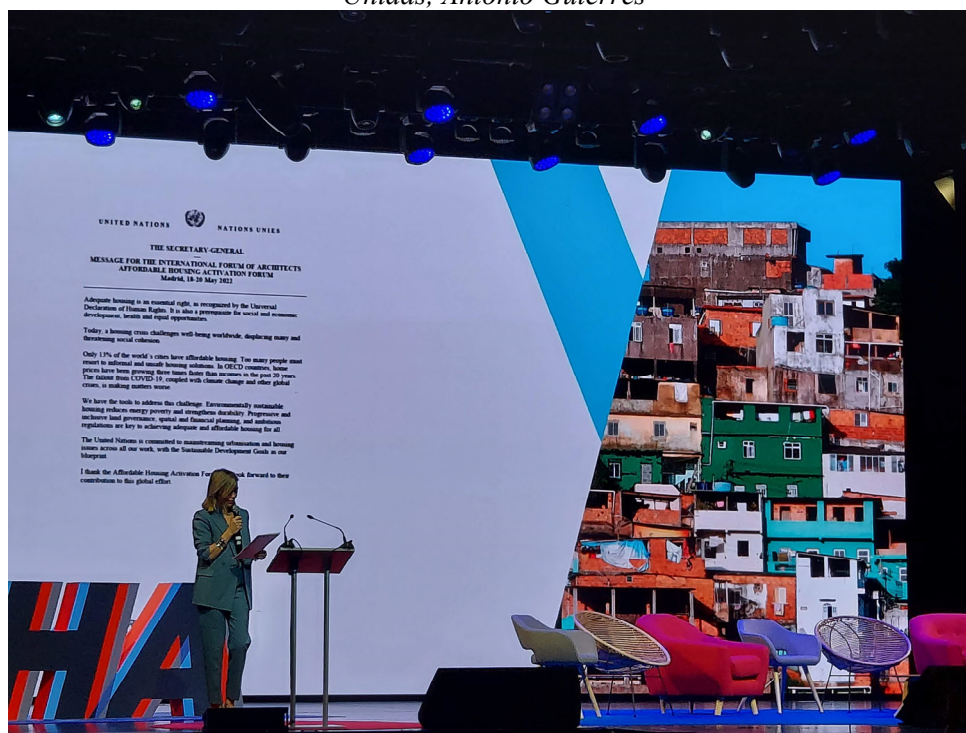
Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, maio 2022

Dando início ao evento em si, no primeiro dia foram abordadas as barreiras 1 (desajustes) e 2 (políticas e regulações) que impedem o direito a uma moradia decente e adequada. A mesa 1 foi moderada pela diretora da Fundação Casa México Centro de Pesquisa e Documentação, Sara Topelson e contou com a participação de Amira Osman, professora da Universidade de Tecnologia de Tshwane (África do Sul) ; William Rodríguez, secretário do Departamento de Habitação de Porto Rico; Gulnara Roll, assessora regional para a divisão de florestas, solo e Habitação da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE); o co-fundador de Arquitetura para a Humanidade, Cameron Sinclair (EUA). Foram apresentados três estudos de caso também, um de Madri, um de Barcelona e outro de São Paulo, este apresentado pela arquiteta Elisabete França, sobre a experiência com a recuperação ambiental e habitacional da área de mananciais da Zona Sul de São Paulo.

Foi dada ênfase especial aos principais desafios e desequilíbrios existentes no problema da acessibilidade habitacional além do contexto da atual desaceleração econômica; e foi destacada a necessidade de **promover incentivos econômicos que sirvam para quebrar o atual desequilíbrio entre demanda e produção**. O problema de acesso à moradia, definido como "um problema global" por Gulnara Roll, que também enfatizou a necessidade de "mais financiamento para resolver o descompasso entre os custos de moradia e a renda familiar". E para isso, a cooperação internacional é essencial, que serve como uma ferramenta de difusão de conhecimentos e experiências que nos ajudam a enfrentar os desafios atuais e futuros, que estão sempre mudando". A representante da UNECE divulgou o documento

‘Housing 2030’⁹, que foi abordado também no terceiro dia do evento. Os desastres meteorológicos e seu impacto no acesso à moradia foram abordados principalmente no caso de Porto Rico (Figura 2) que nos últimos anos passou por diversos furacões e terremotos sucessivos, além da pandemia de Covid19. O grande impacto causado reduziu e meio milhão de pessoas a população do país, entre desaparecidos e pessoas que abandonaram Porto Rico para fugir do cenário de caos que tomou conta do país. Destacou-se que parte dos fundos utilizados para a reconstrução de Porto Rico foram destinados à construção de "habitações resistentes que sejam capazes de superar possíveis novos desastres climáticos que possam devastar o país".

Figura 1 – Abertura institucional com a leitura de Carta enviada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres



Dentre os estudos de caso, o caso de Madri foi relacionado à reconversão de edificações de cunho habitacional, construídas na metade do século XX após a segunda guerra mundial, desatualizadas em termos energéticos e de sustentabilidade, para padrões atuais de conservação de energia e emissão de CO² previstos na agenda 2030. O exemplo de Barcelona foi muito sobre a formatação da legislação local, para privilegiar a demanda habitacional local e dos moradores da comunidade de Barcelona, em detrimento das unidades destinadas para alugueis de temporada – AirBNB. Incluíram na legislação municipal que 30% de qualquer construção ou renovação com mais de 600m² precisa ser direcionado para Habitação de Interesse Social. O caso brasileiro, o Programa Mananciais (Figura 3), do Município de São Paulo, foi bastante elogiado, pela importância de se manter a população no local original e de se preservar o meio ambiente. O programa prevê a construção de 8 mil novas unidades habitacionais e reurbanizar 28 mil lotes/famílias. Tem como desafio proteger a água da região metropolitana x manter a população e eliminar a precariedade. Destaque para a comunidade Cantinho do Céu, que conta com 10 mil famílias, mais de 50 mil pessoas, onde está sendo planejado um parque de 8 km lineares em volta da represa. Os investimento de aproximadamente 750 milhões de euros, virão de 2 fundos - o Fundo de Desenvolvimento Urbano (recursos de outorga onerosa) e do Fundo de saneamento básico do município de SP. Em sua fala

⁹ Acesso ao documento: <https://unece.org/housing-and-land-management/publications/housing2030-study-e>

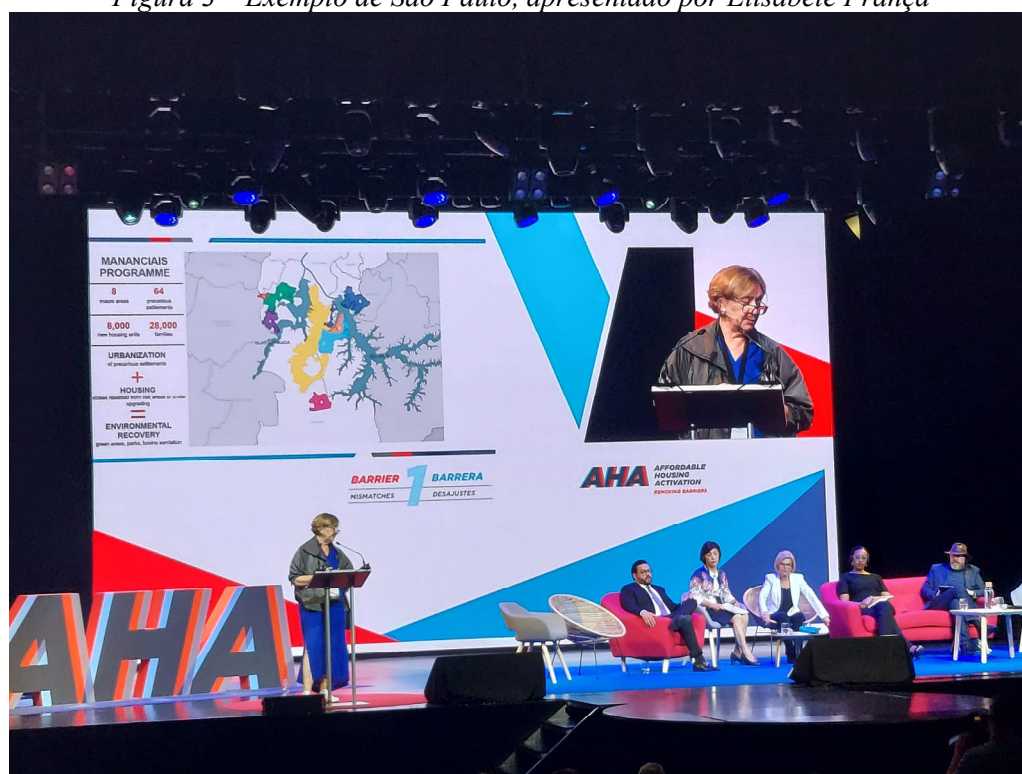


final de reflexão sobre a mesa, Elisabete França comentou que o painel apresentou muitas diferenças entre os países, a realidade das cidades europeias, latino americanas e africanas são muito distintas. Reforçou a importância de um documento final resultado do seminário evidenciasse que as soluções devem ser específicas para cada local e que deve ser evitada a transposição de exemplos para outros locais sem a devida adequação/reflexão.

Figura 2 – Exemplo de Porto Rico, apresentado por William Rodriguez



Figura 3 – Exemplo de São Paulo, apresentado por Elisabete França

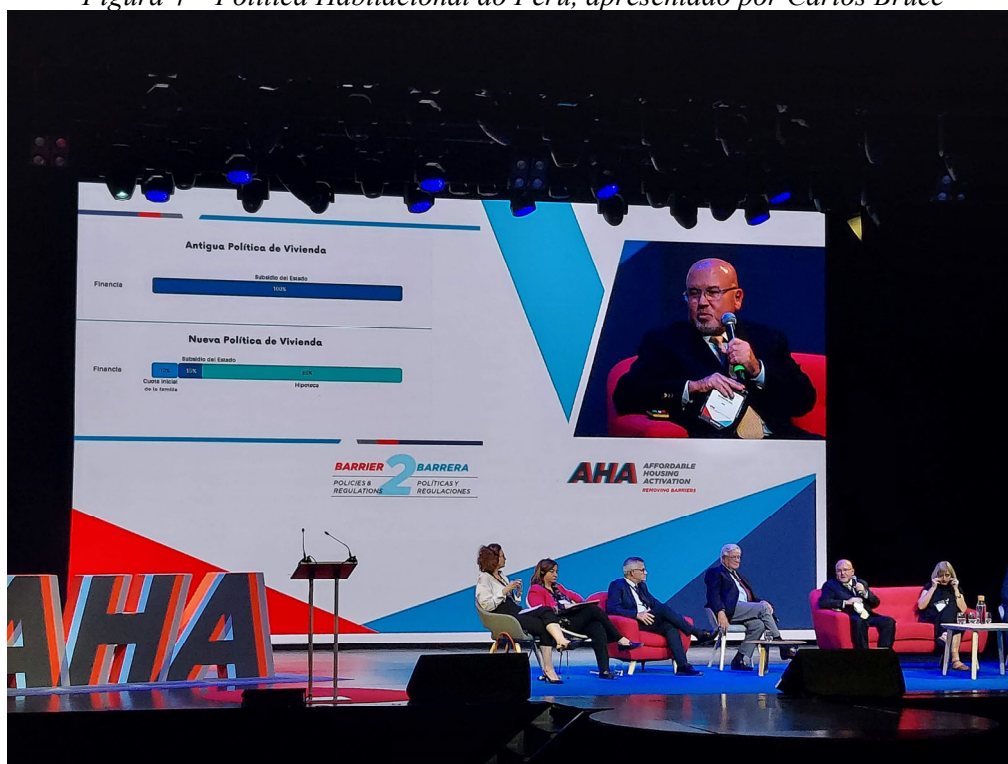




Na segunda mesa do evento, sobre a barreira 2: políticas e regulamentos que dificultam a acessibilidade da habitação, moderada por Joan Clos, ex-diretor executiva da ONU-Habitat e ex-prefeito de Barcelona, com a participação do Secretário Geral de Habitação do Governo espanhol, David Lucas Parrón; Carlos Bruce, ex- Ministro de Habitação do Peru; Doris Andoni, diretora do Ministério da Economia da Albânia; Mai Abdel Hamid, Fundação de Apoio à Habitação Social e Hipotecária (Egito); e Orna Rosenfeld, consultora global no tema da Habitação (França). O mediador Joan Clos abriu o debate lamentando que "apenas 15% das cidades têm acesso a uma moradia digna e adequada" e insistiu que "a chave é transformar as estruturas reguladoras e econômicas para garantir este acesso".

Ao longo do debate, as políticas essenciais que garantem o acesso à moradia, que está presente na declaração mundial dos direitos humanos, ganharam especial destaque. O Secretário Geral de Habitação do Governo espanhol, David Lucas Parrón, afirmou que "na Espanha, nos últimos quarenta anos foram feitos grandes progressos na formação do Estado de bem-estar social, tanto nos sistemas de educação, saúde e pensões... mas ainda é preciso trabalhar para garantir o acesso à habitação, porque é uma parte básica e fundamental deste Estado de bem-estar social". As crises do sistema imobiliário dos últimos anos deixaram o cenário mais complexo. O problema na Espanha é que a maior parte dos recursos públicos relacionados à habitação estão vinculados ao esforço de garantir a propriedade, e não para garantir parques públicos de habitação em formato de aluguel. Metas do governo atual, garantir habitação para aluguel e recuperar o parque existente, convertendo em habitações sustentáveis. Importante também a abordagem do ex-ministro de Habitação do Peru (Figura 4), que reforçou as grandes diferenças entre o que pode um país europeu e um país latino americano. Durante sua gestão no ministério promoveu uma adequação das responsabilidades institucionais frente à habitação. No cenário anterior - tudo ficava sob responsabilidade do estado, planejamento, construção, financiamento. No novo formato quem constrói é o setor privado, o financiamento é através do sistema bancário, as famílias se responsabilizam pelo custo inicial (10%) e o Estado se responsabiliza pelo subsídio. Ministério da Habitação fez um estudo de quanto o subsídio gera de retorno em empregos, impostos, movimentação do setor da construção, etc. e constatou-se que era muito vantajoso manter o subsídio público para as faixas com maior necessidade.

Figura 4 – Política Habitacional do Perú, apresentado por Carlos Bruce





Na última mesa do dia, ocorreu um debate sobre a sustentabilidade social, necessária para a superação das barreiras para promoção de habitação economicamente acessível. A mesa foi moderada por Luis Fernández Galiano, professor da ETSAM; Balakrishnan Rajagopal, Relator Especial da ONU sobre Habitação Adequada; Inés Sánchez de Madariaga, diretora da UNESCO; Alfonso Vegara, fundador da Fundação Metrópoli; e Juan Verde, estrategista e consultor; e Camila Jordan, diretora executiva da ONG TETO Brasil. A mesa inicia com uma lembrança de que 55% da população mundial atualmente vive em cidades, mas que as outras 45%, que vivem no campo, precisam de atenção também para sua condição habitacional. Dentre as falas desta mesa, a mais relevante foi a brasileira Camila Jordan, que apresentou a experiência da ONG TETO no Brasil (Figura 5). A TETO trabalha diretamente com comunidades de baixa renda com a abordagem do ‘housing first’ – moradia primeiro, como a primeira demanda que precisa ser resolvida para que a população possa em seguida buscar outros direitos básicos, como saúde, educação. O trabalho da TETO segue uma metodologia de coleta de dados de forma coletiva com a população do local e conta com doações e voluntariado para garantir a execução e moradias temporárias em área de precariedade habitacional. A palestrante Inés Sánchez de Madariaga (Figura 6) reforçou a correlação da perspectiva de gênero e da demanda por habitação. Alfonso Vergara, da Fundação Metrópoli, apresentou uma visão interessante sobre a criação de subcentros na periferia das metrópoles, no caso exemplificado com Madri. A periferia da cidade pode ser o centro de uma região metropolitana se pensada de forma integrada e inclusiva (Figura 7).

Figura 5 – Experiência da ONG TETO Brasil, apresentado por Camila Jordan



Figura 6 – Habitação e Gênero, apresentado por Inés Sánchez de Madariaga

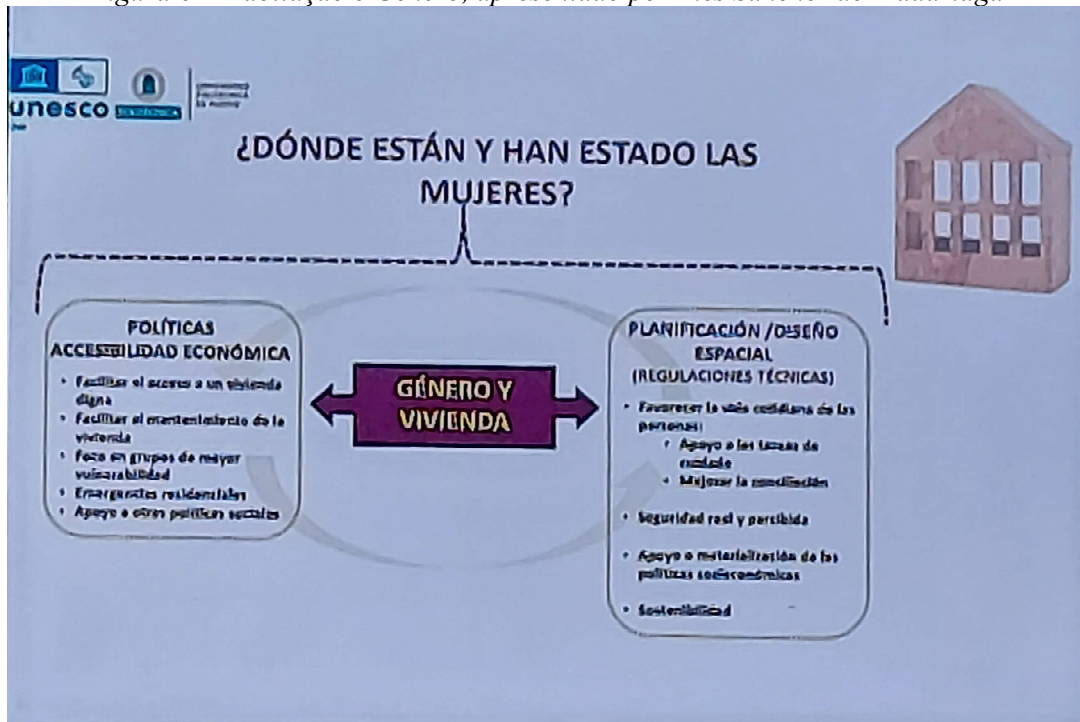
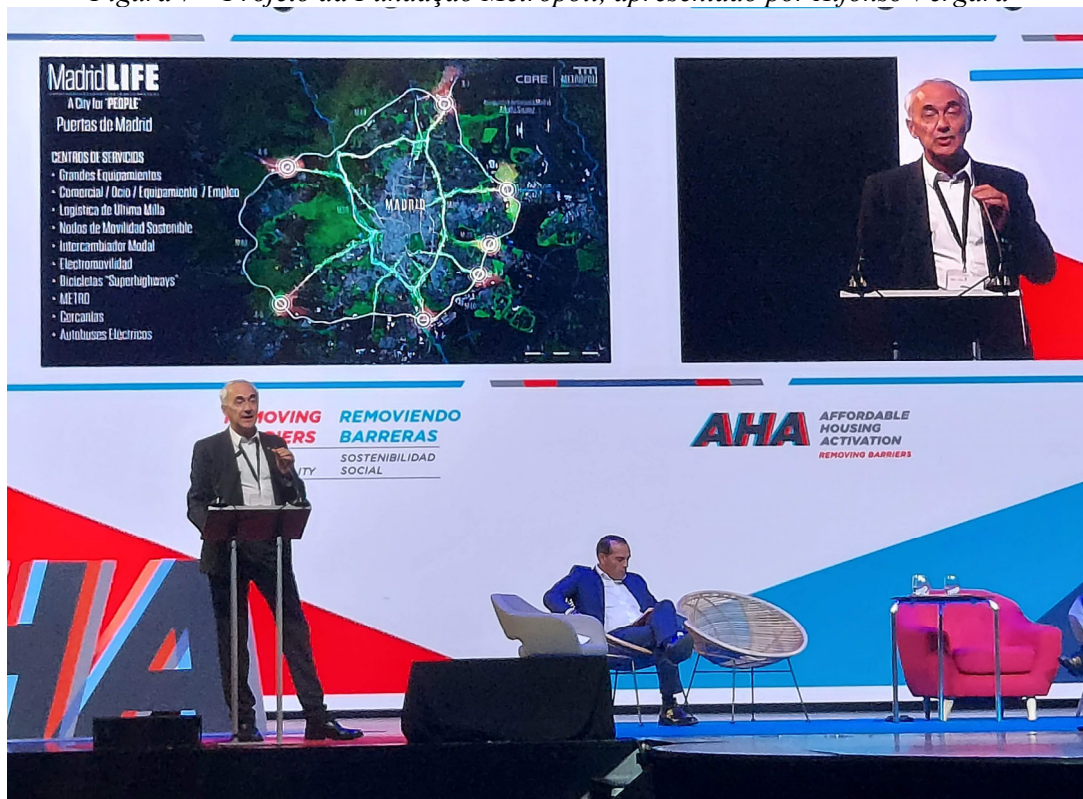


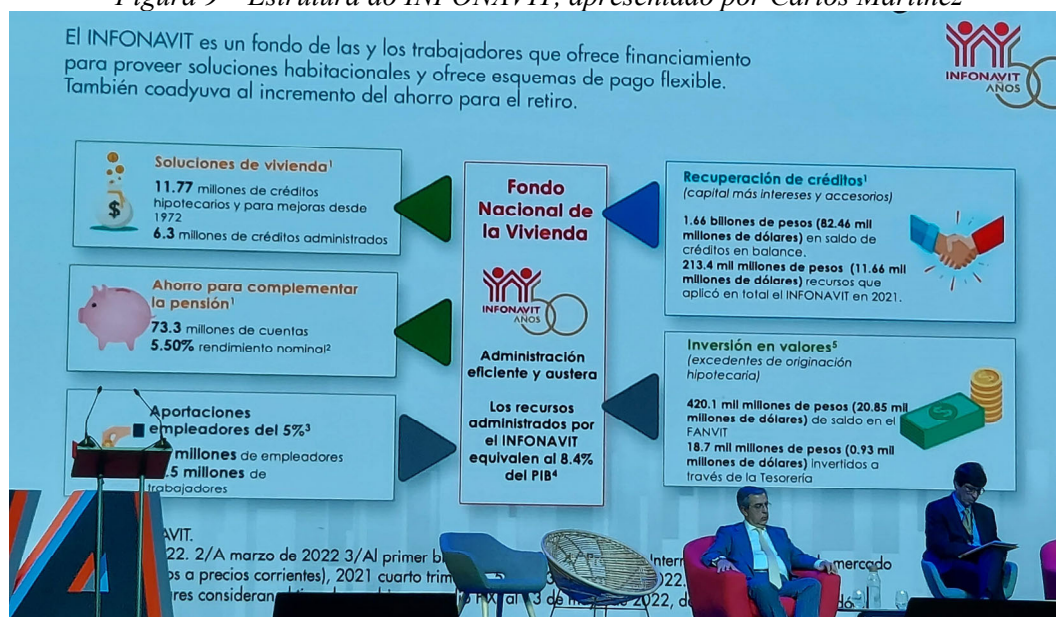
Figura 7 – Projeto da Fundação Metrópoli, apresentado por Alfonso Vergara



50 anos e, uma vez expirados, o município recupera a propriedade da terra e das casas. Durante os debates sobre financiamento, foi reforçado repetidas vezes a importância de se criarem subsídios para ajudar os jovens a ter acesso a empréstimos bancários, poucas pessoas hoje têm o dinheiro necessário para comprar um apartamento. Também foi abordada a importância de um controle maior contra a especulação imobiliária, no sentido de se estabelecer um limite de tempo que um terreno ou edifício pode ficar desocupado, a fim de fornecer moradias acessíveis e de qualidade. Por fim, outro ponto importante tratado na mesa foi apontado por Andrés Horcajada, CEO co-fundador da TECTUM, que apontou os prazos excessivos para obtenção de licenças de construção, o que gera impacto na produção de moradia acessível. Ficou clara a necessidade de aumentar os investimentos eficientes para garantir que as novas moradias atendam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Nesta mesa também foi apresentada a experiência habitacional recente mexicana, através do INFONAVIT (Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores), fundo semelhante do FGTS brasileiro que subsidiou programa também semelhante ao que seria o Minha Casa Minha Vida, no Brasil (Figura 9).

O assunto da quarta barreira, **Projeto Urbano**, contou com a moderação da Reitora da Escola de Arquitetura e Design do IE, Martha Thorne, com a participação do Diretor Geral de Arquitetura e Agenda Urbana, Iñiqui Carnicero; a fundadora do Studio Odile Decq; o co-fundador do Karakusevic Carson Architects, Paul Karakusevic e as boas práticas Reinventing Cities, Madrid Nuevo Norte e o Novo Bauhaus Europeu. Na quarta barreira, os palestrantes debateram os diferentes indicadores que dificultam o desenvolvimento do ambiente urbano, tais como acessibilidade ao saneamento, energia e abastecimento de telecomunicações; acessibilidade ao espaço público e ao ambiente natural, assim como aos serviços e instalações; e poluição sonora e atmosférica.

Figura 9 – Estrutura do INFONAVIT, apresentada por Carlos Martínez



Na última mesa do dia, sobre **Sustentabilidade econômica** como um fator-chave para garantir o acesso a moradias populares, a conversa foi coordenada pelo especialista em Habitação de Harvard, Felipe Vera, e contou com a participação de Grzegorz Gajda, especialista em Planejamento Urbano do Banco Europeu de Investimentos; Eduard Mendiluce, CEO da Anticipa Real Estate; e Richard Sennet, membro do Centro sobre Capitalismo e Sociedade da Universidade de Columbia. Também estiveram presentes arquitetos renomados como Kunlé Adeyemi, da NLÉ, e Richard Florida, da Universidade de Toronto. O mediador da mesa Felipe Vera iniciou colocando alguns dados para provocar a discussão, como o fato de que hoje aproximadamente 1 a cada 3 habitantes do planeta vivem em um território informal, que hoje

somos 7, 5 bilhões de humanos na terra e que até 2050 chegaremos a 10 bilhões, ou seja, 25% a mais de pessoas. Mas essa população não irá se distribuir onde existe mais infraestrutura e sim, já se concentram e continuarão a se concentrar no sul global. Felipe levantou perguntas sobre como prever soluções rápidas, econômicas, sustentáveis e eficientes para tamanho crescimento de demanda? Como lidar com o crescente fluxo de migrantes, especialmente os migrantes climáticos, que tendem a aumentar de forma substancial? Atualmente, a cada segundo um novo migrante é forçado a se deslocar por motivo de desastres naturais ou pela crise ambiental (Figura 10).

Um importante aspecto já no início da mesa foi apontado pela professora e jurista Haymanot Watchmeister, sobre a realidade da Suécia. Por muitos anos até a década de 1970, a produção de habitação pelo estado era uma demanda recorrente e importante no orçamento do país e a Suécia chegou a apresentar um excesso de habitação. Após um período liberalizante de venda do parque público de aluguel para a iniciativa privada, hoje a Suécia passa por uma situação de déficit, com falta de habitação economicamente acessível e prazos de 10 a 15 anos para o acesso a uma habitação através de uma política pública, caso semelhante que ocorre em Berlim – que recentemente reverteu o quadro recomprando as habitações, agora pelo dobro do preço.

Um exemplo interessante foi apresentado pelo economista Grzegorz Gajda, sobre o percentual de habitações públicas de Amsterdam. O estado detém aproximadamente 40% do total de unidades habitacionais em Amsterdã (Figura 11), através de um parque público de habitação reservada para aluguel. Através desta ação, é possível regular o valor do aluguel social e para o caso dos apartamentos que não são sociais, aplicar o excedente referente ao valor de mercado na construção de novos conjuntos direcionados para a demanda habitacional prioritária.

Figura 10 – Provocação de Felipe Vera sobre os desafios da migração climática no século XXI



Outra visão interessante apresentada na mesa foi a ideia das cidades flutuantes, apresentada por Kunlé Adeyemi, da NLÉ para o contexto africano. Ele aponta que seria uma solução pertinente pois as favelas e áreas informais nas maiores cidades africanas junto ao mar são desta forma, como em Lagos, na Nigéria. No entanto podem ser planejadas, já pensando na subida das águas do oceano (Figura 12). A imagem é uma proposta para a comunidade de Makoko, na Nigéria, a partir da iniciativa African Water Cities¹⁰.

¹⁰ Acesso ao projeto: <http://www.nleworks.com/case/african-water-cities-project/>

Figura 11 – Edificações coloridas em Amsterdam são públicas, apresentado por Grzegorz Gajda

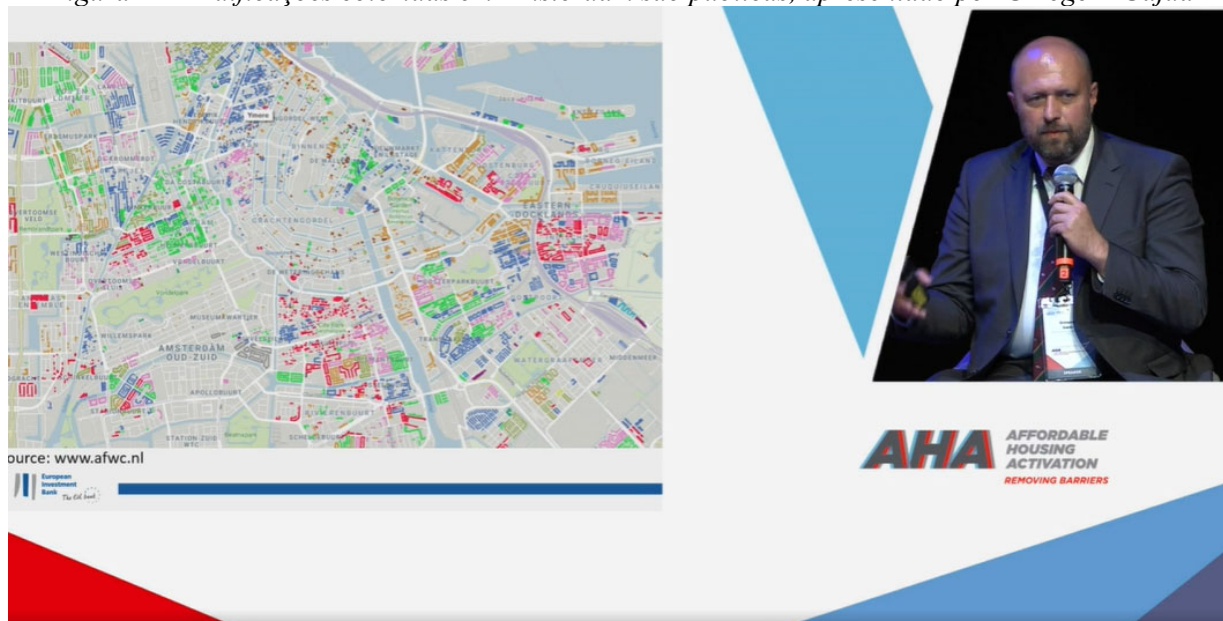


Figura 12 – Soluções baseadas na natureza, apresentado por Kunlé Adeyemi



7.3. Terceiro dia do evento AHA – 20/05/2022

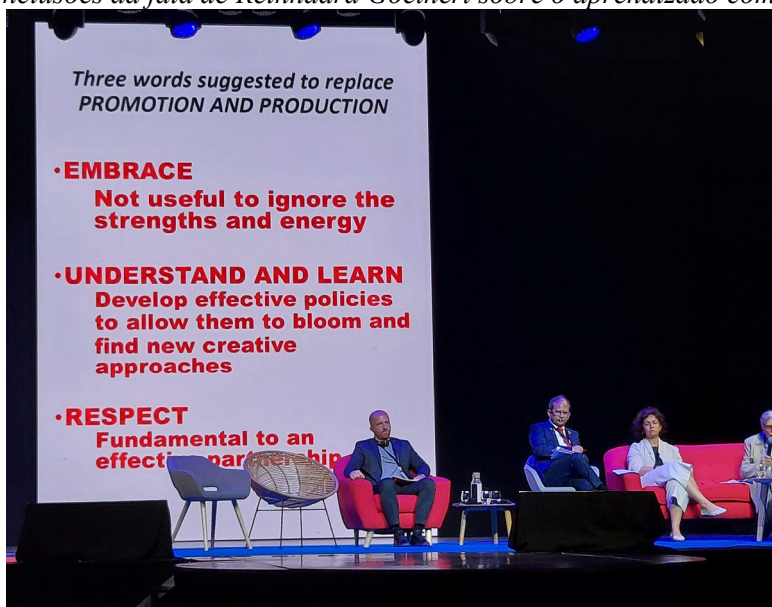
Em seu último dia, o AHA iniciou o debate da barreira "Promoção e Produção de Moradias", com moderação de Ishtiaque Zahir Titas, vice-presidente da União Internacional de Arquitetos (UIA), sendo que os palestrantes foram o arquiteto Sérgio Magalhães, ex-secretário de Estado de Habitação do Rio de Janeiro; o diretor da área de Habitação da Fundação Hilti, Johann Baar; Reinhard Goethert, representante do Massachusetts Institute of Technology (MIT); Güldehan Atay, da Universidade de Belas Artes Mimar

Sinan; José María Lapuerta, fundador e co-diretor do Mestrado em Habitação Coletiva; e Mona Rady, presidente do Fórum de Habitat Profissional, além de estudos de caso da Tailândia e da Áustria.

O moderador iniciou reforçando que a moradia acessível deve ser sempre concebida como sendo para pessoas com poucos recursos, mas que é preciso que tenhamos olhar especial para os jovens, os refugiados e as famílias monoparentais. Reforçou que 80% da população mundial não tem acesso a moradia acessível e a situação pandêmica só exacerbou esta situação. Johann Baar, Diretor de Acessível Habitação e Tecnologia da Fundação Hilti¹¹, apontou o microfinanciamento para as famílias como oportunidade para melhorar a qualidade da habitação, bem como a necessidade de mobilizar as famílias em trabalhar para melhorarem suas condições habitacionais, com foco nos quatro A's: acessibilidade, adaptabilidade, acessibilidade econômica e aceitabilidade". Reforçou a importância do uso de materiais locais alternativos, como um exemplo citado na Indonésia, onde foi utilizado Bambu, e reiterou que estão evitando todo e qualquer uso de elementos de origem plástica em suas construções.

Reinhard Goethert, professor do Departamento de Arquitetura do MIT, realizou uma exposição um pouco mais conceitual mas muito interessante, defendendo a importância de os arquitetos compreenderem a sabedoria dos assentamentos informais. Defendeu a coexistência de sistemas formais e informais, definindo este último como "a espinha dorsal de qualquer cidade", e nos convidou a estudá-lo e tirar dele as ideias pertinentes para a construção das cidades. Querendo ou não, o sistema informal continuará a produzir habitações e fragmentos de cidades, é preciso acolher estas experiências positivamente e aprender com elas (Figura 13). Güldehan Atay, da Universidade de Belas Artes Mimar Sinan, falou, pedindo uma visão mais ampla do desafio do acesso à moradia e também trabalhando para garantir um "habitat de qualidade". Ele também se referiu às cooperativas habitacionais como agentes com um "papel essencial tanto no desenvolvimento quanto na produção de moradias".

Figura 13 – Conclusões da fala de Reinhard Goethert sobre o aprendizado com a informalidade



A fala do brasileiro Sergio Magalhães, ex-secretário de Habitação da cidade do Rio de Janeiro, enfatizou a necessidade de integrar as periferias ao tecido formal, exemplificou sua tese a partir do Programa Favela-Bairro, desenvolvido no Rio de Janeiro durante sua gestão como secretário. O discurso de Sérgio era convergente com a fala do pesquisador do MIT citado acima. Sérgio apresentou alguns dados importantes para a compreensão do contexto brasileiro ao público no exterior, explicitou que em

¹¹ Acesso ao site da fundação: <https://www.hiltifoundation.org/>

1940 o país contava com apenas 2 milhões de casas urbanas e que em 2010 contava com aproximadamente 55 milhões de casas urbanas. Que somente 20% desse total havia sido construído com financiamento, e que apenas 53% delas contam com sistema de tratamento de esgoto (Figura 14). Apresentou projeções de que em 2040 teremos no Brasil mais 30 milhões de casas, além do montante atual. Reforçou que no Brasil temos um déficit urbanístico muito grave, que apesar da existência das habitações, que muitas vezes foram autoconstruídas, as cidades precisam avançar na estruturação do espaço público, do coletivo.

Sobre o programa Favela Bairro, Sérgio apontou que as favelas e territórios populares autoconstruídos no Brasil correspondem a 14% da população, no Rio de Janeiro chega a 22%. O conceito do programa é **implantar a cidade onde as famílias construíram suas casas**. A metodologia de trabalho foi a concorrência pela contratação de arquitetos, engenheiros, sociólogos, para produzir junto com a população o desenho e as obras. As obras contaram com construção de esgoto, de postos policiais, construção de casas, iluminação pública, a promoção de trabalho, construção de praças. Lembrou que os espaços das favelas comumente possuem a predominância das áreas privadas, o que evidencia a importância da construção de praças e espaços públicos de qualidade, áreas esportivas, etc. O programa favela bairro atendeu 155 favelas do Rio de Janeiro, atingindo aproximadamente uma população de 550 mil pessoas.

Figura 14 – 53% das habitações no Brasil sem acesso a tratamento de esgoto, Sérgio Magalhães

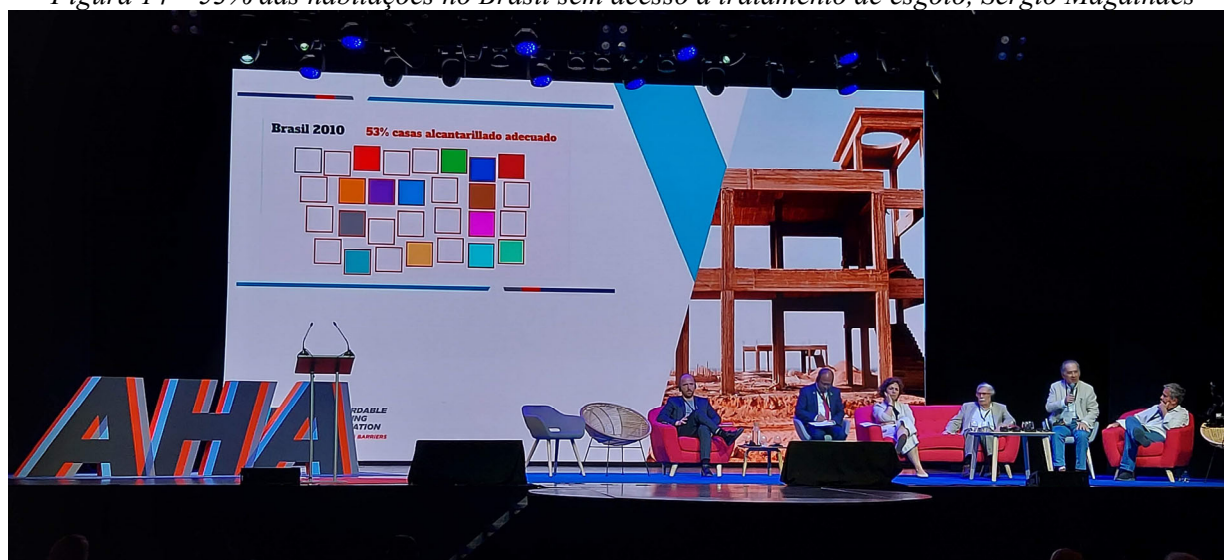


Figura 15 – Citação do Congresso da UIA 2021 no Rio de Janeiro, por Sérgio Magalhães



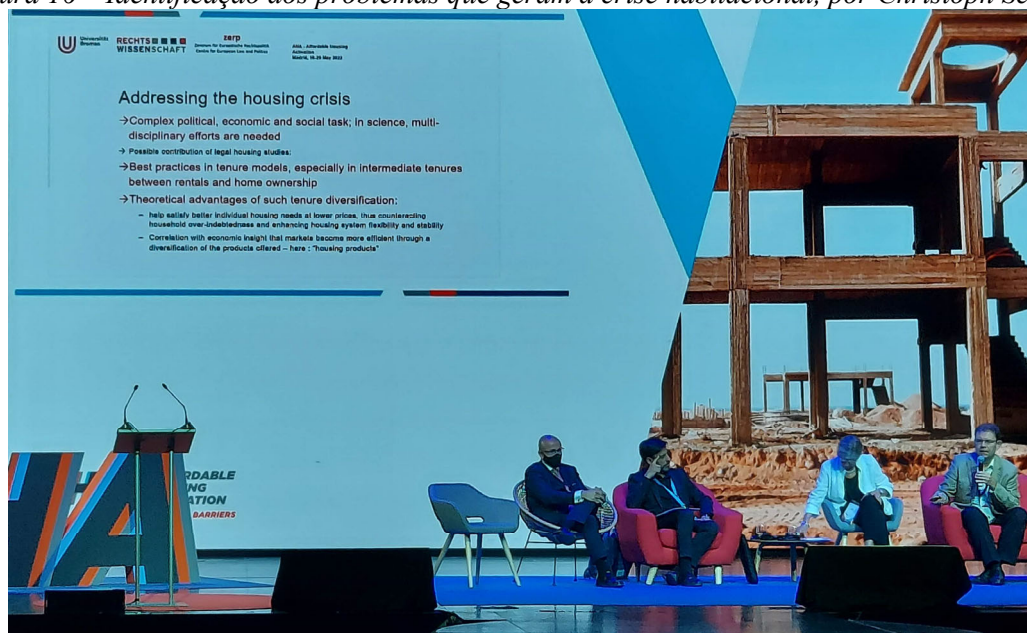
Ao final de sua fala, o brasileiro fez uma leitura de um documento resumo do Congresso UIA 2021 (Figura 15) realizado no Rio de Janeiro, que reforça a importância de se olhar para as desigualdades urbanas, que a metodologia corrente de ‘primeiro avançar na estruturação da economia’ para depois

desenvolver os demais agentes que promovem a vida contemporânea não cabe mais, especialmente com o contexto pandêmico. É preciso focar em uma cidade igualitária e para todos.

A última barreira debatida foi a **Propriedade e Posse**, moderada por Margrit Hugentobler, do Instituto Federal Suíço de Tecnologia (ETH), com a participação de Sergio Nasarre, Cátedra UNESCO em Habitação (Universidade Rovira i Virgili); Michelle Norris, Diretora do Instituto Geary de Políticas Públicas do University College Dublin; Christoph Schmid, Professor da Universidade de Bremen; Javier Martín, Diretor Geral de Habitação e Terra do Ministério dos Transportes, Mobilidade e Agenda Urbana; Paloma Taltavull, do grupo de mercado imobiliário da UNECE; e Spela Videcnik, do OFIS Arquitectos. Os cases foram apresentados os projetos 'Lugares para as Pessoas'¹² e a uma experiência nas Ilhas Maurício.

Christoph Schmid procurou apresentar os conceitos de propriedade e posse e propostas de solução para conflitos fundiários no contexto europeu. Citou a importância e complexidade do modelo de aluguel, que a manutenção do parque público habitacional é um desafio, mas que apesar dessa dificuldade é um formato que permite maior flexibilidade ao longo da vida das famílias. Aspecto interessante de sua fala foi a citação do Community Land Trust (EUA) ou Bail Réel Solidaire (FR), o que no Brasil vem sendo denominado como Termo Territorial Coletivo, um modelo de propriedade coletiva do solo que tem se mostrado como um caminho alternativo para promoção de moradia acessível com segurança de posse para os moradores (Figura 16 e Figura 17).

Figura 16 – Identificação dos problemas que geram a crise habitacional, por Christoph Schmid



Michelle Norris explicou as conclusões do relatório 'Housing2030'¹³ sobre a posse da moradia, produzido pela Onu Habitat e UNECE, reiterando que é preciso de uma abordagem sistêmica. É preciso haver um circuito fechado de financiamento; o valor dos subsídios precisa ser retido a longo prazo e poder ser reciclado; e, finalmente, oportunidades de extrair valor enquanto se minimizam grandes retornos financeiros do processo da construção civil. Desta forma, seria possível aumentar a oferta de moradias acessíveis e seríamos capazes de sustentá-la com o tempo.

O Diretor Geral de Habitação e Terra do Ministério dos Transportes, Mobilidade e Agenda Urbana da Espanha, Javier Martín fez uma reflexão ao final, comentou que não podemos continuar a tratar

¹² Link de acesso ao site Places for People: <https://placesforpeople.co.uk/>

¹³ Link de acesso ao documento Housing 2030: <https://www.housing2030.org/>

a habitação como temos feito nos últimos anos, e devemos nos concentrar no território e na qualidade. Devemos começar a resistir à crença de que todos nós vamos acabar vivendo em grandes cidades e desenvolver novos modelos inovadores de posse. O estado possui um marco geral, mas com muitas limitações para atacar o problema diretamente. É imprescindível falar sobre propriedade e a posse a partir da perspectiva da Diversidade. Estamos escutando como querem viver as famílias? A cidade é um grande consumidor de energia e produtor de resíduos – precisamos repensar o modelo. As demandas de uma família de quando se tem 20 anos, quando se tem 30 ou quando fica idoso deve ser considerada na produção de unidades. Cada idade e composição familiar gera uma demanda distinta por espaço – a habitação precisa ser flexível. Importante ainda dar velocidade para aproveitar a oportunidade (mercado imobiliário quer investir em habitação – no contexto espanhol). Utilizar recursos públicos para auxiliar quem não consegue morar.

Figura 17 – Identificação do Community Land Trust como possibilidade, por Christoph Schmid

Universitäts
Bremen

RECHTS
WISSENSCHAFT

zefp
Zentrum für Europäische Rechtswissenschaft
Centre for European Law and Politics

ACA - Affordable Housing
Academy
16-18, 19-20 May 2022

Intermediate Tenures – Private Governance Structures

- Community land trusts (US), ball réel solidaire (FR, BE)
- Non-profit association, typically established with public aids and/or private donations,
- administers real estate, made available through purchase, donation or ground leases, for the purpose of building and managing housing units
- to be leased through long term contracts to users fulfilling certain social criteria (typically vulnerable families)
- trust is co-administered by residents and public representatives and/or other stake holders (e.g. private foundations)
- tool against land speculation and gentrification of neighbourhoods, e.g. in Brussels

Na última mesa do evento, foi abordado o tema da **Sustentabilidade ambiental**, discutindo o acesso à moradia de um ponto de vista ambientalmente sustentável. A conversa foi coordenada por Carlos Sallé, especialista internacional em transição de energia e sustentabilidade, e contou com a participação de Carl Hensman, Oficial Sênior de Programas da Fundação Gates; Washington Fajardo, Secretário de Planejamento Urbano do Município do Rio de Janeiro, Susana Diaz, Diretora de Sustentabilidade e Energia da ARUP; Bruno Sauer, CEO da Green Building Spain; e Cassie Sutherland, Diretora do Programa de Energia e Edifícios da C40. Os arquitetos convidados serão Francesca Cesa Bianchi e César Ruiz Larrea.

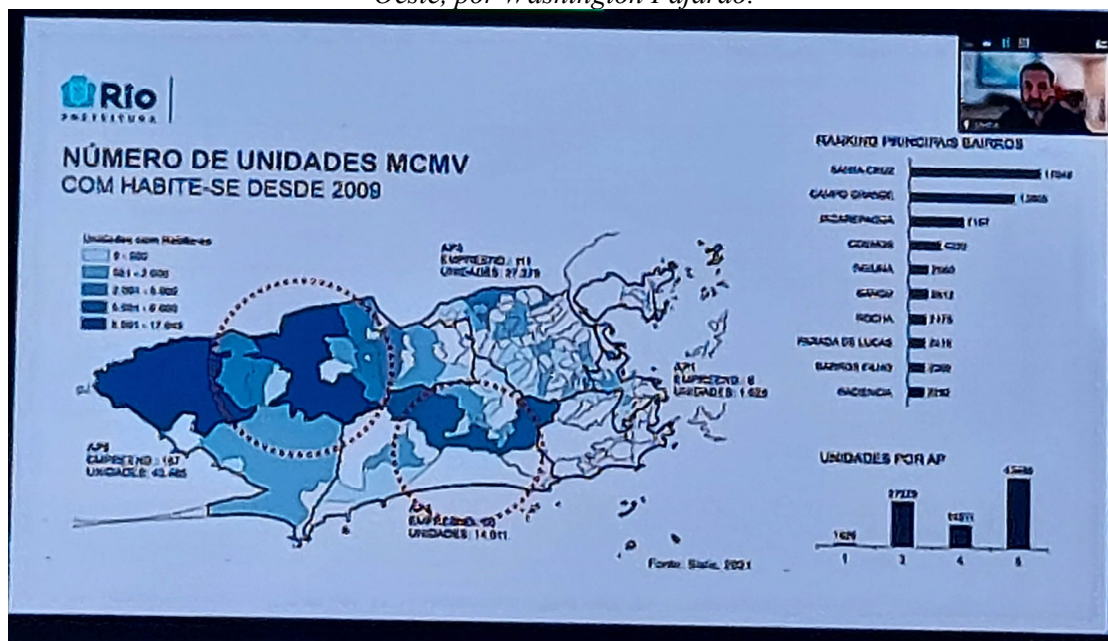
A mesa buscou trazer reflexões técnicas sobre a sustentabilidade ambiental, na fala de Eugenie L. Birch foi importante a percepção de que estamos em um momento de inflexão no qual precisamos de um novo ‘contrato social’, baseado em diferentes valores, para avançar em direção à sustentabilidade ambiental. Os princípios que regem a economia atualmente são ainda resquícios do período pós-guerra, mas já não servem mais. Reforçou que 70% dos gases do efeito estufa são produzidos nas cidades. Apontou 5 passos para esse novo ‘contrato social’ que contemple habitação resiliente e econômica nas cidades.

- 1) O arranjo Institucional precisa ser multisetorial;
- 2) Prever mitigação e adaptação;
- 3) Determinação de políticas e instrumentos adequados, flexíveis e coerentes com o contexto atual;
- 4) Governos devem subsidiar financeiramente as ações;
- 5) Novas abordagens e desenhos de financiamentos;

O palestrante Carl Hensman abordou o aspecto dos sistemas de tratamento de esgoto, que atualmente deveriam ser pensados de forma distinta, olhando para demandas reduzidas (e não um sistema unificado e complexo, que envolve grandes obras e passivo ambiental como se habituou a desenvolver ao longo do século XX).

Foi apresentada a experiência do Rio de Janeiro, o projeto Reviver Centro, pelo Secretário de Planejamento Urbano Washington Fajardo. O projeto trata da reconversão de edificações desocupadas na área central do Rio de Janeiro, com amplo acesso à infraestrutura, porém com uso que já não é mais compatível com a demanda atual, reconvertidos para Habitação, parte dela com cunho social. Reforçou que boa parte dos empregos da região metropolitana do Rio de Janeiro se concentram na área central, mas que há poucas opções de moradia. Que a política de expansão da cidade para a Zona Oeste tem sido danosa em todos aspectos, da mobilidade, da preservação do meio ambiente, da dificuldade de levar equipamentos públicos para as bordas do município, sendo que a área central já possui toda essa infraestrutura e poderia ser melhor ocupada. Citou a grande quantidade de projetos do MCMV construídos na zona oeste como um problema a ser resolvido, a falta de urbanidade nessa expansão territorial (Figura 18). O projeto conta com um painel de inteligência de dados e oferece vantagens urbanísticas e índices construtivos aos investidores que investirem no centro da cidade com o foco na ampliação do parque habitacional. Ao final da fala do secretário Fajardo, ele comentou sobre o projeto de mapeamento 4D de favelas, desenvolvido por ele no MIT e que está iniciando o processo de aplicação no Rio de Janeiro, na favela da Rocinha. O Projeto prevê o uso de blockchain e levantamentos através do sistema LiDAR (laser) para elaborar levantamentos de dados em áreas onde a política pública tem dificuldade de chegar.

Figura 18 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro indicando o elevado índice de obras do MCMV na Zona Oeste, por Washington Fajardo.



Outra apresentação marcante foi a do ‘Bosco Verticale’, projeto realizado em Milão que promoveu a formação de uma verdadeira ‘floresta’ vertical junto a um edifício em altura (Figura 19). A proposta de Milão, hoje já consolidada e vencedora de diversos prêmios internacionais, apresenta dados sobre captura de carbono e eficiência energética da edificação. Está sendo ‘exportada’ para outros locais como Holanda e cada caso é desenvolvido com foco na realidade da flora local.

Figura 19 – Dados de economia de carbono e energética do Bosco Verticale, por Francesca Bianchi.



7.4. Global Architecture Exchanges Madrid 2022

Outra atividade com a participação da comitiva do CAU em Madri foi o evento ‘Global Architecture Exchanges 2022 (Figura 20)’, promovido pelo Royal Institute of British Architects (RIBA) em um evento paralelo ao Fórum AHA, a atividade do RIBA procurou debater o mesmo tema do congresso, como foco na Barreira do Desajuste - desajuste entre as necessidades e a produção de moradias adequadas e acessíveis (localização, preço, segregação, serviços de adequação funcional e segurança, adequação cultural, diversidade, gênero, crescimento populacional, estrutura familiar, mudança climática e eficiência energética, pandemia e saúde, moradias desocupadas) em uma sessão que contou com representantes da Austrália, Nova Zelândia, Irlanda, Japão, Coreia do Sul, Inglaterra e Brasil.

Figura 20 – Logomarca do GAE com citação do CAU como participante.



In partnership with
the American Institute of Architects;
the Architectural Society of China ;
the Australian Institute of Architects;
the Royal Institute of Dutch Architects;
the Council of Architecture and Urbanism in Brazil;
The Japan Institute of Architects;
the Korean Institute of Architects;
the New Zealand Institute of Architects;
The Royal Institute of the Architects of Ireland;
the Royal Institute of British Architects

A mediação do evento foi realizada pelo Presidente do RIBA, Simon Alford. O CAU teve a oportunidade de apresentar o contexto brasileiro em torno da Habitação de Interesse social e sua experiência do programa Mais Arquitetos, além de falar um pouco mais das ações que estão sendo desenvolvidas com os recursos de 2% de suas receitas. A fala do CAU foi bem recebida pelos

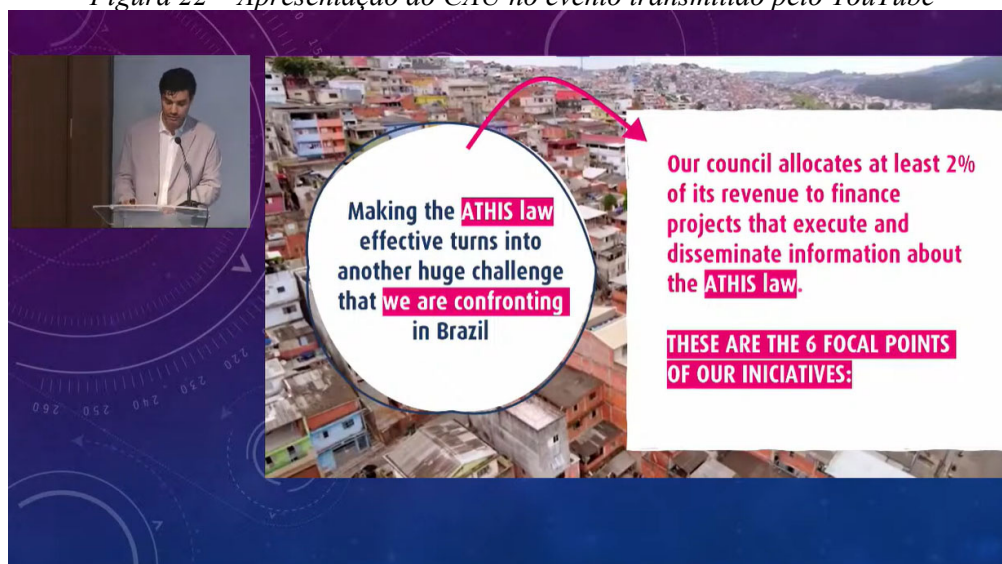
participantes, que manifestaram interesse e curiosidade em conhecer mais sobre o que tem sido feito (Figura 21). O evento está disponível para visualização no YouTube do AHA¹⁴ e do RIBA.

A apresentação do CAU (anexa) abordou um pouco mais da perspectiva da política pública e da legislação brasileira em torno do tema, da existência de uma lei que prevê o atendimento de famílias de baixa renda (Lei da ATHIS - Figura 22). As apresentações dos demais institutos em geral focaram em experiências mais próximas do desenho urbano ou arquitetônico. Destaque para apresentação do arquiteto japonês Izumi Sakata¹⁵, que apresentou experiências desenvolvidas tanto no Japão, em Fukushima após o desastre nuclear, como no Quênia. A experiência na África se mostrou interessante por buscar parcerias financeiras para viabilizar ações em áreas de vulnerabilidade, com foco em promover soluções para banheiros e saneamento, bem como soluções de acesso à energia em áreas remotas.

Figura 21 – Participação do assessor especial da presidência do CAU no debate



Figura 22 – Apresentação do CAU no evento transmitido pelo YouTube



¹⁴ Acesso à gravação do evento:

https://www.youtube.com/watch?v=5SkDvPAG5sM&ab_channel=AHAMadrid2022%7CEnglish

¹⁵ Acesso ao site do escritório: www.osa-socialdesign.com

7.5. Agendas institucionais (CSCAE, FPAA, UIA, TETO)

Além da participação no evento AHA em si e da apresentação de conteúdo para evento do RIBA, foram realizadas agendas institucionais paralelas, no sentido de fortalecer a posição do CAU e sua relação institucional com outras entidades relevantes no âmbito internacional do universo da Arquitetura e do Urbanismo.

7.6.1. UIA – José Luiz Cortez (Presidente)

Foi realizada uma conversa com o Presidente da União Internacional de Arquitetos, José Luiz Cortez no dia 19 de maio. Os conselheiros Jeferson Navolar e Cristina Barreiros, trataram dos temas relacionados ao próprio evento AHA, habitação, mas também conversaram sobre a importância do diálogo entre as entidades internacionais que realizam registro profissional para garantir a mobilidade dos arquitetos e urbanistas para atuar em diferentes países. Este, inclusive, tema do II Fórum Internacional de Conselhos, Colégios e Entidades de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR, para o qual foi entregue convite para o Presidente da UIA para que participe na atividade que será realizada em Brasília, entre os dias 21 e 23 de julho de 2022. O presidente informou que já havia recebido o convite informal por parte da Presidente Nadia Somekh, e que já estava programado para acompanhar a atividade presencialmente. Na oportunidade ainda foi debatida a ação do CAU em torno das eleições brasileiras, a preparação da Carta aos Candidatos e Candidatas à eleição de 2022, a qual o Presidente da UIA parabenizou e recebeu uma cópia do documento (Figura 23).

Figura 23 – Encontro com o Presidente da UIA, José Luiz Cortês



7.6.2. FPAA – Gerardo Montaruli (Presidente)

Foi realizada uma conversa com o Presidente da Federação Pan-americana de Associações de Arquitetos, Gerardo Montaruli no dia 19 de maio. Os temas tratados foram semelhantes aos tratados com o Presidente da UIA, com a oportunidade de também oficializar o convite para participação da FPAA

no II Fórum Internacional de Conselhos, Colégios e Entidades de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR, com o tema: “Mobilidade Profissional Internacional” (Figura 24).

Figura 24 – Encontro com o Presidente da FPAA, Gerardo Montaruli



7.6.3. CSCAE – Marta Vall Llosera (Presidenta) e comitiva

Dentre as agendas paralelas, a mais relevante foi realizada com o Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de Espanha, um dos promotores do fórum sobre Habitação Econômica AHA. Foi realizada uma conversa prévia com a equipe técnica do gabinete da Presidência do CSCAE com a manifestação do CAU no sentido de se renovar o acordo vigente entre ambas entidades desde 2014¹⁶. O interesse de renovação era mútuo e o CSCAE preparou uma minuta atualizada com muita rapidez e o documento foi logo enviado ao CAU para apreciação. Com a anuência do Conselho Diretor do CAU, que estava extraordinariamente reunido na data, foi dada continuidade das tratativas junto ao CSCAE para assinatura do documento, que foi realizada na manhã do dia 19 de maio. Na oportunidade estiveram presentes além da presidenta do CSCAE, o Vice-Presidente primeiro, Juan Antonio Ortiz Orueta, o Vice-Presidente segundo, Moisés Castro Oporto (Figura 25 e Figura 26). Na troca de experiências entre as entidades foi reforçada a importância em se avançar em uma normativa mais simplificada em torno da atuação de profissionais nos dois países. Apresentamos a metodologia do CAU de fomentar ações de ATHIS com 2% dos recursos de arrecadação líquida do Conselho, iniciativa que foi parabenizada pelo CSCAE. Os espanhóis tomaram conhecimento também da Carta aos Candidatos e informaram que realizam ação similar. Comentaram também de uma importante ação que conseguiram viabilizar junto ao governo espanhol, a Lei de Qualidade Arquitetônica, que deve ser assinada pela presidência da Espanha nas próximas semanas. Nossos conselheiros manifestaram interesse em tomar conhecimento sobre a referida legislação, na busca de implementar algo semelhante no Brasil. Ao final foi feito ao CSCAE o convite para participação no II Fórum Internacional de Conselhos, Colégios e Entidades de Arquitetura e

¹⁶ <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/acordo-caubr-csae-espanha.pdf>



Urbanismo do CAU/BR, com o tema: “Mobilidade Profissional Internacional”. O CSCAE manifestou que deverá acompanhar atividade, no entanto, de forma remota.

Figura 25 – Encontro com a Presidente do CSCAE e demais representantes



Figura 26 – Assinatura de Acordo de Cooperação com o CSCAE e troca de experiências



Foram realizadas tentativas de reuniões com representantes dos Colégios de Arquitetos de Madrid e da Catalunha, no entanto, não foi possível viabilizar a realização destas agendas de forma concomitante com as demais atividades em andamento. O Conselheiro Jeferson Navolar ainda fará uma visita à Ordem de Arquitetos de Portugal para convidar para o referido evento, que ocorrerá em Brasília entre os dias 21 e 23 de julho do corrente ano. Além do convite para o II Fórum, a pauta principal do CAU com a OAP será a abertura do diálogo visando a busca de entendimentos para a retomada dos registros dos Arquitetos e Urbanistas brasileiros em Portugal.

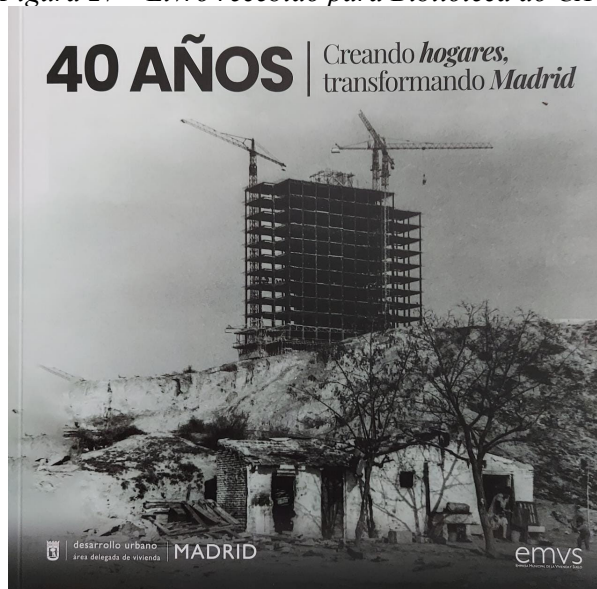
7.6.3. TETO Brasil – Camila Jordan (diretora executiva)

Aproveitando a oportunidade de conversa ao vivo, realizamos um encontro com a diretora executiva da ONG TETO Brasil, Camila Jordan, palestrante do evento AHA que participou de uma live¹⁷ do CAU sobre o Programa Mais Arquitetos e os projetos patrocinados pelo edital de fomento de ATHIS de 2021. Na oportunidade da reunião em Madri, apresentamos um pouco das ações do CAU, falamos bastante sobre a Lei de ATHIS (11.888/08), que a TETO não possuía conhecimento aprofundado e manifestou interesse em identificar possibilidades de atuação a partir do que trata a lei. Contribuímos com a revisão de artigo escrito pela diretora executiva da TETO para o jornal O Estado de São Paulo¹⁸, publicado no dia 19/05 na seção de Gestão, Política e Sociedade do jornal. Na matéria os dados do CAU são citados como fonte de referência. Como encaminhamento ficou combinado que a TETO compartilharia pesquisas desenvolvidas pela entidade para que o CAU tivesse acesso ao conteúdo, iniciando pelo projeto Lançamento do [Mapa de Direitos](#) e pela Publicação da [pesquisa feita em conjunto pela TETO e FGV](#).

8. AÇÕES DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO

- Publicações para o arquivo do CAU;

Figura 27 – Livro recebido para Biblioteca do CAU



¹⁷https://www.youtube.com/watch?v=Z4dyjYO7n8Y&ab_channel=CAU%2FBR

¹⁸ Acesso ao artigo publicado pelo Estadão: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/a-moradia-e-fundamental-no-quebra-cabeca-das-nossas-vidas/>

- Renovação de Acordo de Cooperação com CSCAE (anexo)
- Divulgação internacional das ações do CAU Brasil em relação à Habitação e em relação à carta aos Candidatos;
- Atualização de conteúdos a partir do contato com as experiências apresentadas no AHA Fórum;
- Articulação com ONG TETO Brasil para troca de informações.

9. CONCLUSÃO:

9.1. Conclusões sobre o Fórum AHA

O Fórum Internacional UIA 2022 Ativação de Moradias Populares: Removendo Barreiras, reuniu mais de 80 especialistas internacionais de 18 a 20 de maio em Madri, foi lançado um chamado à ação para refletir como "quebrar" as barreiras que impedem o acesso a moradias decentes, adequadas e acessíveis. Foi produzido um documento pelo Fórum, a chamada para uma moradia adequada e acessível (Anexo), que resume as contribuições do Fórum e propõe um roteiro a partir do qual se pode colaborar e avançar. O resultado do AHA deverá ser compartilhado no **11º World Urban Forum**¹⁹, que será realizado no mês de junho em Katowice na Polônia, organizado pela ONU Habitat (Figura 28). A estrutura de ativação está baseada nos princípios e pilares das agendas de desenvolvimento e direitos habitacionais, especialmente a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana.

Figura 28 – Organização do AHA sugere a participação no WUF como continuidade dos debates.



Durante a conferência, foi destacada a importância de estabelecer um plano de ação comum para identificar áreas prioritárias e implementar ações concretas. Para isso, ficou clara nas exposições, a necessidade de estabelecer alianças estratégicas que consolidem um movimento global e apoiem os governos em suas ações para realizar o direito à moradia de forma inclusiva, sustentável e resiliente. Um fórum como o AHA, que mobilizou diversos atores de entidades como a ONU, OCDE, UNECE para tratar do tema parece uma boa estratégia de reunir esses atores para mobilizar apoio técnico e financeiro e explorar novas formas de governança para a produção de moradias mais inclusivas.

Entre os principais objetivos apontados na conferência está a promoção da qualidade nos processos de produção e projeto de moradias populares para garantir o compromisso dos profissionais e de todos os atores da cadeia de valor da construção. Com relação a esta questão, o AHA também aponta a necessidade de reforçar o trabalho interdisciplinar de múltiplos atores para alcançar o objetivo de sustentabilidade na habitação, regeneração urbana e recuperação de ambientes degradados. Também se

¹⁹ Acesso às informações do WUF: <https://wuf.unhabitat.org/>



destina a fomentar sinergias entre arte e cultura e ciência e inovação para buscar soluções sustentáveis e inovadoras, assim como soluções acessíveis e acessíveis.

A estrutura de ativação inclui questões como a necessidade de levar em conta o crescimento da população e a atual pressão sobre o mercado imobiliário em áreas urbanas, já que cerca de 55% da população mundial reside em assentamentos urbanos e esta proporção deverá aumentar significativamente até 2030. Os especialistas também enfatizaram a necessidade de renovar e construir de acordo com as Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, incluídas na Agenda 2030, e de alcançar a meta 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis. A este respeito, eles também apontaram a implicação da habitação em outros objetivos, que incluem a resiliência das casas pobres, o acesso a saneamento adequado e serviços energéticos modernos e acessíveis. Assim, partem da premissa de que **o direito à moradia é mais amplo que o direito à propriedade**, pois visa assegurar que todas as pessoas tenham um lugar adequado e seguro para viver em paz e dignidade, e que esteja consagrado em vários instrumentos internacionais de direitos humanos. A relevância deste direito se reflete na Nova Agenda Urbana adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), bem como no Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres (2015).

Ficou clara a importância de uma abordagem realista face às mudanças climáticas, com orientação consciente sobre os investimentos em Habitação de Interesse Social, que sejam implementados em situações que garantam a resiliência e que seus resultados sejam perenes frente aos desafios impostos pelo clima, cada vez mais extremos. Importante a percepção de que **os exemplos brasileiros apresentados foram dos mais relevantes**, com reconhecimento por parte do público, inclusive. No caso do projeto de Mananciais, da Prefeitura de São Paulo, foi apontada a importância da qualificação das áreas de interesse social e sua relação com o meio ambiente e a recuperação ambiental, na metodologia da TETO Brasil, o que se mostrou mais relevante foi a abordagem de garantir a moradia primeiro, como instrumento básico para a dignidade humana. O exemplo do Programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro também foi exposto, apesar de já não tão recente, ainda um marco na política de integração das favelas e comunidades com a cidade formal. Por fim a proposta do programa Reviver Centro, de reocupação do centro da Cidade do Rio de Janeiro com Habitação em forma de retrofit de edificações desocupadas também teve destaque.

Outro aspecto muito importante foi a importância de conhecermos o que se está produzindo lá fora, sempre com um olhar crítico e um pé na nossa realidade. Na Europa e nos demais países desenvolvidos, **o tema da mudança climática e da emissão zero na construção civil** parece que está em seu auge. No Brasil ainda temos um passivo muito grande para resolver, com milhares de habitações sem banheiro e sem condições mínimas para garantir a dignidade humana. Temos um trabalho mais complexo pois precisamos estar atentos aos debates externos mais atuais e trabalharmos de forma paralela para que a nossa urgência não seja negligenciada, é preciso focar a imensa demanda por melhoria habitacional e regularização fundiária no país. Cabe reforçar uma fala recorrente no evento, que cada solução deve ser aplicada a um contexto específico, não é viável a importação de soluções sem uma adequação à realidade de cada local.

O evento deixou transparecer uma certa dificuldade por parte dos agentes externos ao contexto latino americano em compreender a complexidade da nossa demanda por moradia digna. Não parece estar claro para a maioria dos europeus que participaram do seminário, a diferença que é tratar de questões de moradia e saneamento em uma favela como as brasileiras e a conversão de edificações na periferia de metrópoles europeias para uma condição de eficiência energética mais adequada

A plataforma AHA foi pensada de modo a ser uma fonte permanente de pesquisa e troca de informações sobre Habitação. O endereço web daqui em diante será www.affordablehousingactivation.org. Todo conteúdo apresentando no AHA deverá estar compilado lá. Além dos eventos já existentes que foram cadastrados previamente, a proposta da UIA é que futuros eventos façam parte da plataforma e contribuam com a troca de informações sobre o tema em nível global. A plataforma AHA possui o cadastro dos dados mais recentes em torno de levantamentos globais ligados à habitação, obtidos com agências internacionais como a Onu Habitat, CEPAL, OCDE, UNECE, entre outras. O Atlas formado por estes dados e indicadores deverá estar acessível e ser atualizado constantemente. A proposta da UIA ainda é que um sistema de inteligência artificial possa



fazer uma varredura constante desses dados cadastrados, de modo a contribuir na proposição de soluções às barreiras para moradias populares.

9.2. Conclusões sobre as Agendas Institucionais

Percebemos a partir da experiência em Madri de que a presença do CAU em atividades de abrangência internacional é fundamental, reforça a presença da instituição, o reconhecimento do CAU como ator relevante e dos arquitetos brasileiros no exterior, permite a troca de experiências. Fica a percepção de que o Conselho atingiu maturidade para debater com outros agentes sobre o exercício da arquitetura e do urbanismo.

10. ANEXOS:

- I. Programação do Global Architecture Exchanges com nome dos participantes e entidades;
- II. Apresentação realizada pelo CAU no Global Architecture Exchanges
- III. Acordo de Cooperação Assinado junto ao CSCAE;
- IV. Carta do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas enviada ao AHA;
- V. Documento resumo do evento AHA produzido pela organização da UIA e do CSCAE.

Brasília, 30 de maio de 2022.

Antonio Couto Nunes
Assessor Especial da Presidência CAU/BR